

JE

Jornal dos Economistas

Nº 336 Agosto de 2017

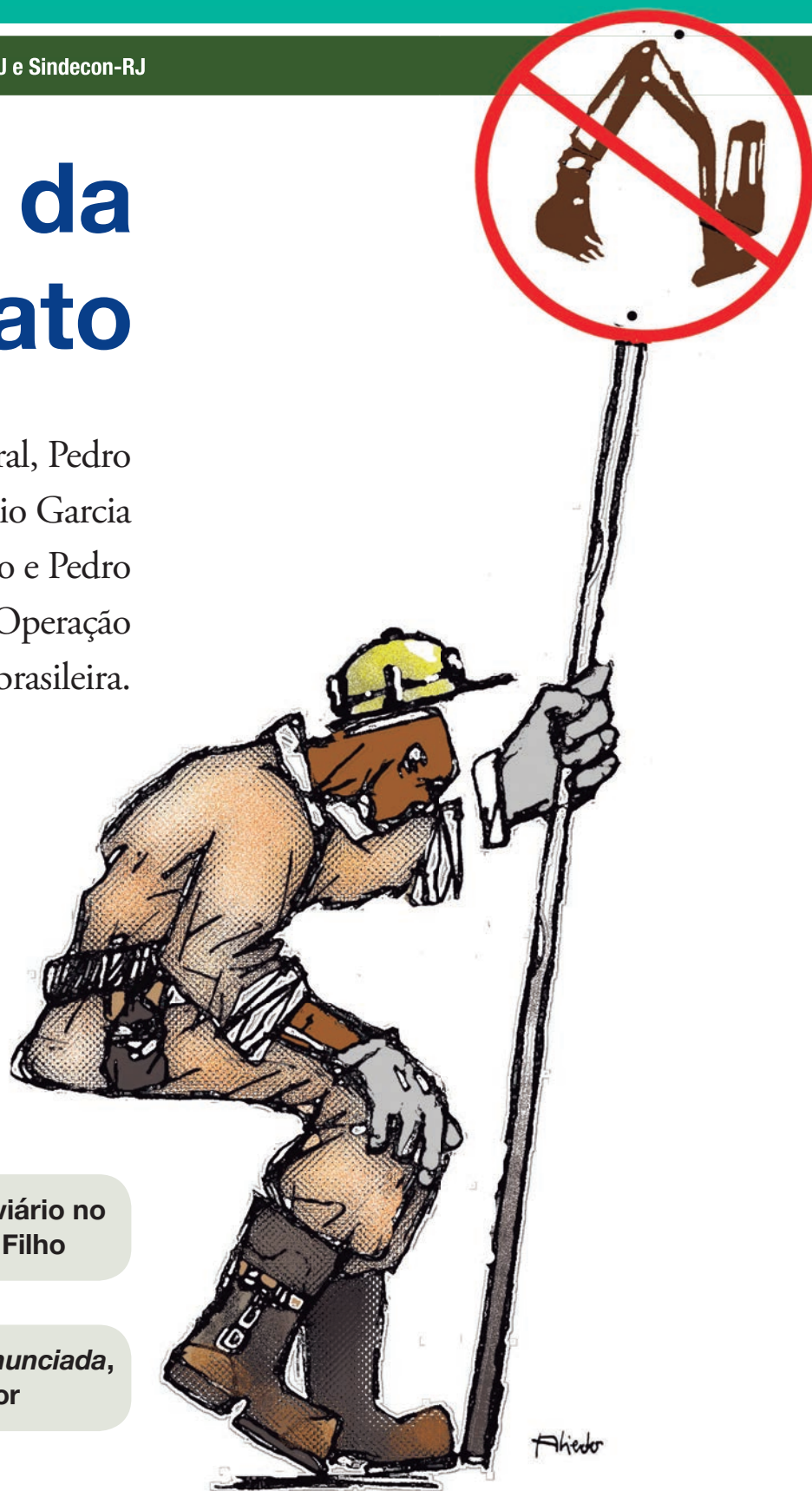
Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Impactos da Lava Jato

Bruno Leonardo Barth Sobral, Pedro Henrique Pedreira Campos, Dercio Garcia Munhoz, Eduardo Costa Pinto e Pedro Celestino discutem os impactos da Operação Lava Jato na economia brasileira.

FPO esmiúça setor de transporte rodoviário no Rio, no pós-prisão de Jacob Barata Filho

Resenha do livro *Crônica de uma crise anunciada*, de Plínio de Arruda Sampaio Júnior



Lava Jato

Esta edição é dedicada a discutir os impactos da Operação Lava Jato na economia brasileira.

O bloco temático começa com artigo de Bruno Leonardo Barth Sobral, da Uerj, no qual afirma que a Lava Jato, ao se acreditar exterminando as raízes do patrimonialismo, abre espaços para um discurso generalista sobre austeridade. A negação da política retira a possibilidade de um capitalismo nacional com temporalidade estratégica.

Pedro Henrique Pedreira Campos, da UFRRJ, avalia que a Lava Jato está desmantelando as empresas de engenharia brasileiras, em benefício das estrangeiras. Ele defende que os empresários que cometeram ilegalidades paguem com a expropriação do controle acionário de suas empresas, que passariam ao controle público.

Dercio Garcia Munhoz, ex-presidente do Cofecon, considera que a crise econômica brasileira não tem ligação com a Lava Jato, mas sim com o desvario de medidas da dupla Banco Central/Fazenda para conter a inflação e o descontrole dos gastos federais no pré-eleições de 2014.

Eduardo Costa Pinto, do IE/UFRJ, acredita que a Lava Jato não é a única responsável pela crise brasileira, que engloba as dimensões econômica, política e institucional. Mas a operação contribuiu entre 2 e 2,5 pontos percentuais em cada ano nas quedas do PIB de 3,8% em 2015 e de 3,6% em 2016, segundo estimativas.

Pedro Celestino, presidente do Clube de Engenharia, defende acordos de leniência que permitam que as empresas de engenharia nacionais, de reconhecida capacidade técnica, voltem a trabalhar. O combate à corrupção não pode servir de pretexto para a destruição do patrimônio de conhecimento acumulado das empresas.

Fora do bloco temático, o FPO, pautado pela devassa policial nas empresas de transporte rodoviários no Rio, retoma a discussão da existência de cartel no setor, da redução da tributação e da evolução das tarifas.

Na página 15, publicamos uma resenha do livro *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*, do economista Plínio de Arruda Sampaio Júnior.

Sumário

Lava jato	3
<i>Bruno Leonardo Barth Sobral</i>	
Moral da história: Lava Jato e crise	
Lava jato	4
<i>Pedro Henrique Pedreira Campos</i>	
A construção civil brasileira nos tempos da Operação Lava Jato	
Lava jato	6
<i>Dercio Garcia Munhoz</i>	
Lava Jato e desacertos das políticas monetária e fiscal	
Lava jato	8
<i>Eduardo Costa Pinto</i>	
Lava Jato e crise: impactos econômicos e desestruturação institucional	
Lava jato	10
<i>Pedro Celestino</i>	
Um país asfixiado	
Fórum Popular do Orçamento	12
Era uma vez...	
Resenha	15
<i>Mário Maestri</i>	
Plínio disse. Não ouviu quem não quis	
Edital de convocação para eleições	16
Balço Patrimonial	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascoutto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva
Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.
Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach e André Luiz Silva de Souza.
Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

Moral da história: Lava Jato e crise

Bruno Leonardo Barth Sobral*

Qualquer movimento reformista que se autojulga “bem-intencionado” pode ser criticado cientificamente não pelo que ele deseja ser, mas por sua razão histórica. Desde Maquiavel, ficou claro que o sucesso de um ordenamento societário não dependia de boas intenções, e sim do princípio do interesse. Logo, caberia investigar como coordenar comportamentos interessados a serviço do poder e sucesso econômico. Essa orientação foi seguida por Adam Smith, preocupado com qual mecanismo social garantiria o progresso das nações a ponto de tornar dispensável o discurso e a apelação ao argumento moral. Da mesma forma, Karl Marx tinha consciência que ciência não prega e critica os socialistas utópicos em prol de uma interpretação materialista e histórica das vias de mudança social.

Especificamente, o mais desafiador nas ciências sociais (nas quais a economia e o direito se incluem) é fugir do senso comum, ou seja, renunciar ao componente moralizador associado à visão intuitiva que qualquer cidadão tem da própria sociedade. Isso não significa que a ciência é “imoral”, mas sim busca um saber prático sobre a moralidade, ou seja, valores morais não são princípios absolutos, e sim produtos históricos, assim como as instituições que fundamentam.

Portanto, a evolução social promove a destruição criativa de seus anteparos morais, re-

criando-os de acordo com a forma como se organiza a formação de mercados e as estruturas de poder. Um exemplo histórico seria a legitimação social do liberalismo econômico como subproduto do projeto nacional anglo-saxão em sua fase avançada, e a recorrente contestação disso por movimentos contra hegemônicos igualmente impulsionados por projetos nacionais rivais. A disputa interestatal acompanhada de sua capacidade de articular grandes blocos de capitais é que define qual a moral de sua história de poder e sucesso econômico.

Nesses termos, cabe se interrogar qual é a moral da história recente do Brasil, dominado por um movimento reformista no rastro da Operação Lava Jato. Descontextualizada do sentido de um projeto nacional, sua convicção em princípios morais se faz crer geradora de um mecanismo civilizatório per se, ignorando qualquer responsabilidade pelos efeitos destrutivos provocados sobre estratégias indutoras de maior complexidade sobre o sistema econômico.

O insucesso de apostas anteriores de política econômica e os efeitos de uma crise internacional foram ingredientes chaves para uma nuvem de fumaça que oculta a base da antipolítica em curso. Essa negação da política (vista como algo sujo e não empreendedor) retira a possibilidade de um capitalismo nacional com temporalidade estratégica, travando a capacidade de uma macrocoordenação de decisões para formar novo capital

e conglomerá-lo. Ao se acreditar exterminando as raízes do patrimonialismo, abre novos espaços para essa lógica por empoderar um discurso generalista sobre austeridade e políticas de estabilidade. Sob esse prisma, a moral da história se torna uma moral de tesouraria, centrada no algebrismo de ajustes contábeis para disfarçar sua carência de um debate sério sobre políticas setoriais e marcos regulatórios.

Dois impactos são evidentes que lastreiam processos de acumulação primitiva. Primeiro, a forma simplificadora, na qual tudo passa a ser resumido a problemas de corrupção sistêmica. Segundo, assiste-se a pilhagem das riquezas nacionais e a moeda brasileira servindo para esse fim, em vez de criar riqueza nova, complexa e dinâmica. Vivemos um autismo de barões da moeda, que só conseguem ver moeda em tudo sem sua relação com as esferas de produção e circulação.

Por exemplo, se há uma situação de inanição e barbárie no Estado do Rio de Janeiro, faz-se crer que é por desvios de conduta pessoal e não pela opção deliberada pela tecnocracia no lugar de soluções políticas. A grita moral não nacionaliza o problema para enfrentá-lo no seio de uma tensão federativa, cujo foco seria em maiores fontes de receitas e no protagonismo que caberia ao Rio para uma recuperação nacional. Acaba aceitando ser laboratório de imposturas de uma lógica de agiotagem do governo federal e blinda sua atitude irresponsável aos sinais de caos social em uma economia



estadual depauperada. Afinal, não alcança a razão do consentimento à servidão financeira diante da indiferença para sua grave debilidade econômica (estrutura produtiva oca).

Nesse ínterim, empresas estrangeiras já buscam ir às compras com uma série de investimentos e aquisições. A partir de nossos próprios ativos, dão uma aula de estratégia de conglomeração (do capital bancário a fornecedores setoriais), aliada a uma visão de projeto nacional e forte política externa. Muitos brasileiros e fluminenses vão comemorar a injeção de recursos por pura lógica curto-prazista e sem visão nenhuma de *catch-up*. Sua moral vigente renuncia facilmente aos valores caros a qualquer estratégia de desenvolvimento.

* É economista, professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Uerj e autor do livro *Metrópole do Rio e Projeto Nacional* (Garamond).

A construção civil brasileira nos tempos da Operação Lava Jato

Pedro Henrique Pedreira Campos*

O conjunto de operações do Ministério Público, da Justiça e da Polícia Federal comumente conhecidos como “Operação Lava Jato” tem tido efeitos significativos sobre a indústria da construção no Brasil. As ações judiciais em si incluem uma série de arbitrariedades e aspectos autoritários, como a seletividade política de algumas de suas ações, a polêmica relação com a mídia, o vazamento de provas e áudios para a imprensa, o uso deliberado do mecanismo da condução coercitiva, bem como prisões que se prolongam e parecem constituir mecanismos para forçar a prática da “colaboração”. Assim, a operação em si guarda traços que são constitutivos e históricos do autoritarismo que caracteriza a justiça brasileira, porém não mais punindo somente negros, trabalhadores, pobres, moradores de periferias e favelas, e sim também grandes empresários e agentes da política brasileira. As violências presentes na operação compõem alguns dos elementos da escalada do Estado de exceção que estamos vivendo no Brasil nos últimos anos¹.

Por outro lado, a chamada “operação Lava Jato” revela com riqueza de detalhes os mecanismos de projeção do poder empresarial sobre o Estado brasileiro ao expor, com depoimentos e algumas provas, a forma da ascendência do poder econômico sobre a coisa pública no país. Particularmente as investigações têm exposto o poder exercido por empresários do ramo da construção civil em algumas frentes, como no financia-

mento das campanhas eleitorais, na sua inserção junto aos partidos políticos, na ingerência na tramitação do Orçamento e da dinâmica parlamentar e na sua inserção nos altos escalões das empresas estatais brasileiras. A ação desses empresários nesses nichos vai no sentido de exercer influência sobre o Estado conforme os seus interesses e atuar para se apropriar do fundo público.

No entanto, os efeitos da operação têm limites claros. Ela não incide sobre os mecanismos políticos e institucionais sobre os quais está hoje assentada a forma da escalada do poder empresarial sobre o Estado brasileiro. Assim, apesar do avanço da decisão do Supremo Tribunal Federal de proibir o financiamento empresarial de campanhas eleitorais, o apoio privado às campanhas está mantido, o que pode permitir a manutenção da ação de empresários no processo de apoio à eleição de parlamentares e agentes para o poder Executivo. De forma similar, a tramitação do Orçamento no Congresso, os mecanismos de indicação de cargos em empresas estatais, bem como outros meios de exercício de poder por parte de agentes empresariais seguem mantidos.

O que a “Operação Lava Jato” está conseguindo fazer é desmantelar as empresas de engenharia brasileira e os postos de trabalho na construção civil. O setor hoje está no epicentro da crise econômica e guarda alguns dos piores dados de desemprego na economia brasileira. São vários os operários, engenheiros e outros profissionais da área que estão sem ocupação e têm enorme dificuldade de obten-



ção de novos empregos no setor.

Se os trabalhadores da construção civil perdem com os efeitos do desmonte do setor e as consequências da operação Lava Jato, há também os beneficiados. Empresas estrangeiras têm sido favorecidas pelo enfraquecimento das empreiteiras brasileiras. No segmento doméstico de engenharia, nos mercados no exterior onde as construtoras brasileiras atuavam e em outros setores nos quais os conglomerados controlados por empreiteiras tinham atividades, empresas chinesas, norte-americanas e européias têm encontrado boas oportunidades. O ramo que talvez mais tenha gerado ótimos negócios é o de petróleo e gás, que tem atraído um conjunto bastante significativo de empresas forâneas em busca das oportunidades geradas pela exploração da camada pré-sal do litoral brasileiro.

No entanto, essa chegada intensa de empresas de engenharia estrangeiras guarda uma série de contradições. Em primeiro lugar, não parece ser esse o caminho pa-

ra inibir as práticas de pagamento de propina e outras ilegalidades. O problema da “corrupção” não é derivado apenas de uma postura ética da empresa, mas constitui mecanismo de funcionamento da relação das empresas com o Estado no Brasil. E ocorre também de forma similar em outros países do mundo capitalista, com menor ou maior intensidade. Assim, empresas estrangeiras como a holandesa SBM, a francesa Alstom e a alemã Siemens foram denunciadas recentemente em práticas corruptas de pagamento de propina e cartel no Brasil. Dessa forma, empresas estrangeiras não necessariamente são menos “corruptas” do que as nacionais e a chegada de firmas de fora não parece ser uma solução para o problema da corrupção no país².

Por outro lado, essas empresas estrangeiras tendem a reduzir o emprego de força de trabalho brasileira e encomendas à indústria nacional. Assim, por exemplo, empresas chinesas que estão chegando com força no setor elétrico brasileiro podem muito bem contratar técnicos e trabalhadores de fora do Brasil, comprar equipamentos e materiais estrangeiros e certamente enviarão os lucros obtidos para as suas matrizes no exterior.

Se o desmonte das empresas brasileiras tem um caráter negativo para a economia do país e os empregos de trabalhadores brasileiros, não parece ser o caso de inocentar os empresários que conduziram grandes grupos como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e OAS à situação atual, incluindo todas as truculências e ilegalidades que os dirigentes dessas empre-

sas realizaram e estão admitindo.

Algumas dessas empresas tiveram participação no golpe de 1964 e amplo favorecimento durante o regime ditatorial brasileiro (1964-1988). O setor cresceu muito naquele período e as construtoras foram beneficiadas por medidas, como a reserva de mercado, financiamentos, isenções, direcionamento dos recursos do orçamento, achatamento dos salários dos trabalhadores, repressão aos movimentos organizados dos operários e não-fiscalização sobre os itens de

segurança nos canteiros de obras³.

Esses empresários, fortalecidos durante a ditadura e com amplo acesso ao aparelho de Estado no período, mantiveram-se poderosos com a transição política para o regime democrático, ao diversificar suas formas de atuação política e passar a ser mais presentes nos partidos, nas eleições, no parlamento e na imprensa.

Os dirigentes dessas empresas cometeram crimes e reconheceram isso. O enfraquecimento político dos proprietários das empreiteiras

brasileiras proporcionado pela Lava Jato parece constituir uma oportunidade para repensar a forma como são feitas as obras públicas no Brasil. Parece um momento oportuno também para discutir a forma de punição desses empresários. Se a punição a esses agentes não deve ser branda, o mesmo não se pode dizer das empresas, que empregam pessoas e possuem boa experiência técnica acumulada. Assim, eles poderiam pagar pelas ilegalidades cometidas sendo expropriados do controle acionário que possuem so-

bre essas empresas. Assim, a estrutura da empresa poderia ser mantida sob controle público.

Os empresários do setor historicamente se mostraram avessos à existência de uma empresa pública no setor de obras de infraestrutura. Temos hoje a atuação dos batalhões de engenharia do exército, que faz obras com custo muito abaixo das realizadas por empresas privadas. A formação de uma empresa estatal de obras públicas pode ser um mecanismo para manter a experiência técnica acumulada na engenharia brasileira, fazer obras em prazo mais adequado e com mais qualidade, conduzir empreendimentos mais baratos e com margens de lucros mais reduzidas do que as firmas privadas e, por fim, permitir um tratamento mais adequado e seguro aos trabalhadores que atuam no setor, que convivem com insegurança e altas taxas de acidentes.

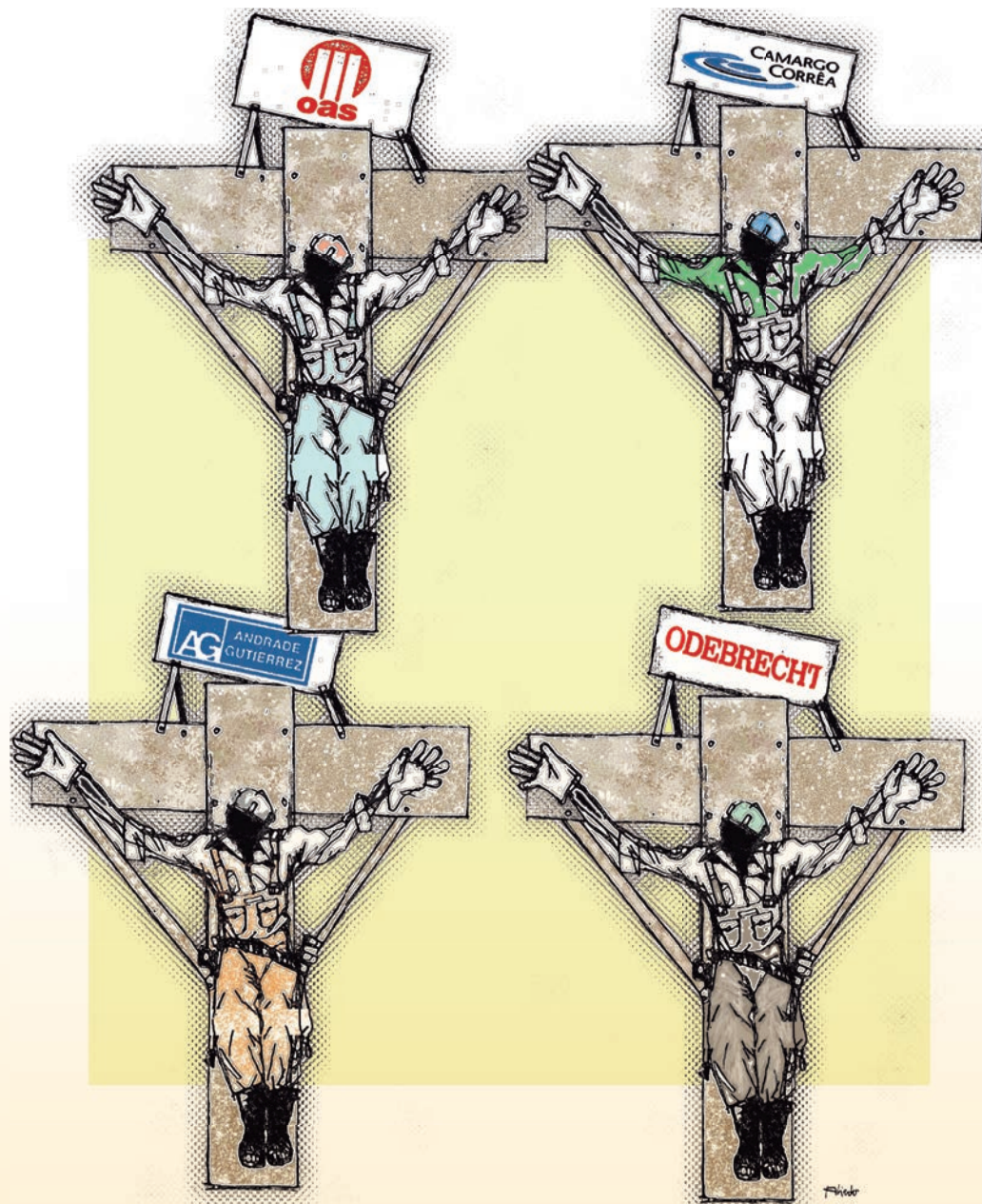
As firmas estatais brasileiras gozam de um excelente quadro técnico e são eficientes. Está claro que o cenário atual, de denúncias da “corrupção” que vêm acompanhadas de um intenso discurso anti-Estado – que associa de forma equivocada a “corrupção” ao tamanho do Estado – é um obstáculo. No entanto, parece que cabe o debate e o desafio, tendo em vista a grave crise que afeta o setor e os trabalhadores brasileiros.

* É professor do Departamento de História e Relações Internacionais da UFRRJ.

1 Sobre isso, ver DEMIER, Felipe. *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

2 Sobre a corrupção e seu uso político, ver SOUZA, Jessé. *A Radiografia do Golpe*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

3 Para isso, ver CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2014.



Lava Jato e desacertos das políticas monetária e fiscal



Dercio Garcia Munhoz*

Aintensificação da ação repressiva do Estado sobre práticas ilícitas que vinham prosperando na execução de contratos governamentais teve o efeito de um verdadeiro tsunami, envolvendo a apuração de atos passados, e mesmo recentes, com incontáveis e até então insuspeitas ramificações, e com incontáveis reflexos.

Como logo se concluiu que o problema se originara em obras e serviços em determinados setores, inevitável que as ações policiais e da Justiça tivessem impactos concentrados sob dois aspectos: por um lado sobre os negócios de um grupo de grandes empresas da área da construção, naturalmente fragilizando-as; e, por outro lado, contendo, ou mesmo paralisando investimentos governamentais e de estatais, tanto pela necessidade da revisão ou inovação nos instrumentos de controle, como pela magnitude dos malfeitos e das perdas financeiras requerendo apuração.

As ações anticorrupção, consagradas pela designação de Lava Jato, passaram, num segundo momento, ora a ser associadas às dificuldades financeiras das empresas, com obras paralisadas e impedidas de participar de novas licitações, ora à queda dos investimentos governamentais. Criou-se, então, uma versão sorrateira, de que a Lava Jato era responsável pela desestruturação especialmente das

grandes construtoras, colocando em cheque a sobrevivência destas, em prejuízo do país.

A simultaneidade de duas graves crises

Nos desdobramentos, a ação da Lava Jato tem tido, é inegável, implicações que se manifestam em diferentes crises: a) microeconômica, na medida em que foram e estão sendo afetadas, porque denunciadas, inúmeras grandes empresas brasileiras; b) macroeconômica, dada a paralisação de obras de grande porte – e suspensão de novas licitações – com reflexos no emprego e na renda. Mas daí a acusar a investigação, e os investigadores, como responsáveis pelos indesejáveis reflexos econômicos entrelaçados com a ação da Justiça vai uma longa distância. Já que as coisas – o problema e as possíveis soluções – não são tão simples como possam parecer.

No aspecto microeconômico, é claro que a ação da Justiça na apuração de um surpreendente cipoal com ramificações de ilícitos teve impacto na vida das empresas envolvidas. Mas isso era inevitável, dada a extensão, complexidade e implicações ligadas às operações suspeitas.

É para que o processo fosse mais lento que o desejável, como ocorreu, frustrando a possibilidade de serem abreviados acordos de leniência e a volta das empresas à normalidade das operações, contribuíram as próprias empresas envolvidas. Pois é

evidente que a longa resistência destas em reconhecer ou confessar os meandros dos esquemas de corrupção retardou, e tem retardado, a apuração do alcance e dimensões dos desvios.

No aspecto macroeconômico, também não se pode imputar só à operação saneadora a retração em novas obras que poderiam acionar empresas médias não envolvidas nas tramoiias, mantendo um nível mínimo de atividades do setor, preservando empregos e rendas. E a razão simplesmente. A virtual paralisação dos investimentos federais, inclusive de estatais, está atrelada a outros desarranjos: a) o explosivo crescimento do endividamento líquido da Petrobrás (R\$ 18,8 bilhões em 2006, R\$ 62,1 bilhões em 2010 e R\$ 382,1 bilhões em 2015), para o que contribuiu a política de contenção dos preços de combustíveis, forçando a empresa a subsidiar o consumo para redução artificial da inflação, em manobra oficial também adotada para o câmbio e para os preços da energia; b) os desdobramentos da grave e duradoura paralisação da economia brasileira que perdura desde 2014.

A crise da economia, é necessário frisar, tem como fontes dois fatores sem ligações com o Lava Jato: por um lado o desvario de medidas da dupla Banco Central/Fazenda, visando conter a inflação a qualquer preço, desde que em 2013 se exauriu o modelo de preços represados,

introduzido em meados da última década; e, por outro, o descontrole dos gastos federais no pré-eleições de 2014. Nesse ambiente de desorganização do sistema econômico, os investimentos no país recuaram de 21,8% do PIB – nível mantido entre 2010 e 2013, para 17,6% em 2015 e apenas 15,4% em 2016. Os gestores da economia, de antes e após 2013, e não a Lava Jato, é que puseram o país à deriva.

Esgota-se em 2013 o espaço para um mundo de ilusões

Qualquer medida voltada para criar artificialismos – seja através de administração de preços, da taxa de câmbio, das taxas de juros etc. – tem um tempo de vida limitado. Isso porque sempre que se force a redução de preços na economia, sem mecanismos compensatórios, o efeito imediato é que um grupo de agentes passa a enfrentar redução de receitas sem redução de custos, enquanto outros se beneficiam de um aumento do poder de compra e do nível de bem estar – sem que efetivamente se esteja fazendo uma transferência de rendas com caráter permanente. Essas medidas artificiais transmitem à população a sensação de uma melhoria do nível de renda, permitindo que se propague, enganosamente, que as famílias se viram alçadas a grupos de renda superiores. Algo como dizer que dezenas de milhões de famílias milagrosamente saltaram de classe – inchando a classe média – que foi o chavão preferido na propaganda oficial.

Praticada no Brasil desde meados da década passada, a estratégia do Governo de criar falsas euforias, de grande impacto político apesar de apenas temporárias, teve o ônus jogado sobre a Petrobrás, o setor elétrico e a indústria manufatureira. Evidentemente que inviabilizando empresas dado o endividamento que provocava, como foi o caso da Petrobrás e das elétricas, ou fechando milhares de empresas e milhões de empregos, quando o câmbio barato quebrou a competitividade externa e interna das indústrias.

A situação tornou-se insustentável quando, ao final de 2013, o recuo da taxa efetiva de câmbio chegou a perto de 50% em relação à média 2009/2011 (seção Conjuntura Estatística da revista Conjuntura Econômica, FGV); as empresas do setor elétrico eram sufocadas pelo acúmulo de desequilíbrios financeiros; e o endividamento líquido da Petrobrás era, em 2013, quase quatro vezes maior que o nível de 2010. Chegava-se a um ponto limite – como já ocorrera ao final de 1998 – e o realinhamento do câmbio e demais preços administrados tornava-se imperioso.

A desastrosa atuação do Banco Central/Fazenda desde 2013

Quando o Governo decide por uma taxa de inflação artificialmente baixa, manipulando o câmbio e outros preços, tem plena consciência de que se trata de medida temporária e que, quando exaurido o fantasioso modelo, inevitável que a inflação de

proveta dê lugar a uma elevação no nível dos preços, na acomodação para a recuperação de rentabilidade dos setores sufocados. E nessa hipótese só resta ao governo admitir o movimento de recomposição de custos e preços e a partir disso buscar alternativas que permitam um processo de acomodação das rendas com o mínimo de desarranjos derivados. O crescimento econômico deve ser visto, então, como aliado essencial.

Ora, quando se impôs o rearranjo de custos e preços na economia brasileira, a partir de 2013, surpreendentemente a dupla Banco Central/Fazenda passou a atribuir as pressões sobre os preços a um pseudo excesso de demanda e a partir daí acionou os instrumentos ortodoxos de política monetária – fundamentalmente a elevação das taxas de juros – com efeitos paralisantes sobre a atividade econômica. E o fizeram mesmo presenciando uma economia com elevado nível de capacidade ociosa e próxima da estagnação.

O resultado foi que as famílias (pessoas físicas) enfrentaram um aumento absurdo nas despesas com juros, e tais encargos (apenas nos empréstimos com recursos livres) saltaram de R\$ 260 bilhões, estimados para 2012, para R\$ 375 bilhões em 2014 e R\$ 580 bilhões em 2016, mais que dobrando no período, quando o saldo dos empréstimos pouco crescera. Decretavam, portando, as autoridades, com juros estratosféricos, a paralisação da economia.

Igualmente, como decorrência da elevação da Selic (aproximadamente de 9% em 2012 para 14% a.a. em 2016), explo-

diram os gastos do TN com juros da dívida pública e com inaceitáveis operações do BC com títulos públicos. E as estimativas indicam que tais dispêndios se elevaram de R\$ 185 bilhões em 2012 para R\$ 450 bilhões em 2016 (mesmo compensada a remuneração dos depósitos do Tesouro no BC). Um desvario praticado impunemente pelo Banco Central com a conivência do Ministério da Fazenda.

Não se pode concluir apenas que as autoridades perderam a noção do impacto de suas decisões sobre o funcionamento do sistema econômico. Mais que isso, inconscientemente jogaram o país numa crise sem precedentes, ao mutilar as duas principais fontes que acionam a produção e o emprego: a demanda de exportações e a demanda das famílias.

E, atônitos, os criadores do caos se mostram incapazes de reverter a decomposição que provocaram, independentemente das ações do Lava Jato, acenando apenas que a salvação se dará com a destruição da Previdência Social, adotando plenamente o modelo Pinochet, como ansiosamente cobrado pelo influente e misterioso mercado – que atesta o fracasso da gestão econômica com plena liberdade às autoridades da área para experiências que desarticulam o sistema econômico, levando dezenas de milhões de trabalhadores ao desemprego e ao desespero e paralisando as ações do Governo.

* É economista emérito pelo Corecon-DF e foi professor titular de Economia da UNB e presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Nacional da Previdência Social.

Lava Jato e crise: impactos econômicos e desestruturação institucional¹

Eduardo Costa Pinto*

O Brasil atravessa hoje uma de suas maiores crises econômicas. Uma verdadeira hecatombe. Entre os primeiros trimestre de 2014 e de 2017, o PIB, o investimento e o consumo das famílias acumularam quedas de 7,2%, de 32% e de 7,8%, respectivamente, ao passo que o desemprego elevou-se de forma impressionante nesse mesmo período de 7,049 milhões para 14,176 milhões.

Todos os setores produtivos da econômica brasileira foram afetados pela crise, no entanto, alguns sofreram ainda mais devido aos impactos da Lava Jato. Isso se refletiu nas expressivas quedas da indústria de transformação e da Construção (no acumulado entre os primeiros trimestre de 2014 e de 2017) de 21,4% e de 20,1%, respectivamente.

A crise não ficou circunscrita à economia e atravessou as dimensões política e institucional. No plano político, ampliou-se (i) a dificuldade do executivo em pautar uma agenda com o presidencialismo de coalizão, marcado por inúmeros partidos políticos, e aumentou (ii) o grau de tensão após o impedimento (golpe parlamentar) da presidenta Dilma. No plano institucional, a crise se materializou com a ruptura temporária da relação entre o privado e o público com o avanço da operação Lava Jato.

Nesse sentido, a crise do capitalismo brasileiro tornou-se uma “tempestade perfeita” que combina crises sobrepostas em três dimensões: (i) o da acumulação de

capital (plano econômico); (ii) o da cena política que circunscreve ao sistema partidário e a representação (plano político); e (iii) o da relação entre os segmentos dominantes/empresariais e o Estado brasileiro (plano institucional).

É evidente que esse fenômeno não consegue ser explicado de forma unidimensional. Há um conjunto de fatores explicativos para isso que tem como (i) origem a dificuldade da presidenta Dilma em manter o jogo de ganha (coalizão de classes) num contexto de crise internacional que acirrou a luta de classes; passando pelos (ii) erros de política econômica, sobretudo a partir de 2015, com a configuração de políticas e reformas neoliberais construídas pelo “consenso da insensatez” entre empresários, sistema político, grande imprensa e governo Temer, que vendem a ideia falaciosa de que o ajuste recessivo e as reformas neoliberais gerarão crescimento; até (iii) os impactos econômicos e institucionais da operação Lava Jato.

Dentre esses elementos destacaremos aqui os impactos econômicos e institucionais da operação Lava Jato— aparato institucional que investiga práticas de corrupção na Petrobras e em outros órgãos governamentais — sem perder de vista que ela por si só não explica a crise, mas que ao longo de sua existência (mais de três anos de operação com mais de quarenta fases) a operação foi se tornando um dos eixos centrais da crise.

Essa megaoperação — organizada pela “República de Curitiba”, comandada pelo Juiz Moro e pela



Procuradoria Geral da República, sob comando de Janot — é conduzida por segmentos da alta classe média formada por juízes, procuradores e delegados federais. Esta condução expôs as vísceras da relação entre o Estado e sua burocracia e parte do bloco no poder (frações de classe proprietárias de grandes corporações) do capitalismo brasileiro. Tais vínculos têm sido historicamente marcados por relações não republicanas. Cabe observar que isso não se restringe ao Brasil, nem nos torna singular.

Os integrantes da operação Lava Jato estão imbuídos de uma missão weberiana-messiânica, qual seja, expurgar/cortar as árvores contaminadas pela corrupção para que novas flores e árvores possam nascer puras e livres do pecado original. Refundar o capitalismo brasileiro patrimonialista seria a missão². Claro que essa tarefa dura e difícil precisa ser recompensada no reino da terra “tupiniquim”, por meio de maiores salários, maiores benefícios e de maior poder para

que seus próceres possam estar acima do “bem e do mal”.

Para seguir nesse intento, a Lava Jato adotou a seguinte estratégia: vazamento/publicidade → instabilidade → deslegitimação política → legitimidade da operação junto à opinião pública e, sob pressão, às instâncias superiores do judiciário, em especial o STF.

A instabilidade foi o instrumento central utilizado pela operação, mesmo que isso implicasse em elevados custos econômicos e institucionais.

Impactos econômicos

É evidente que estimar os impactos diretos e indiretos da Lava Jato sobre a economia brasileira não é uma tarefa trivial, pois havia e há fatores outros que afetam os resultados econômicos. A despeito disso, as consultorias Tendência e GO Associados estimaram que, aproximadamente, essa operação contribuiu entre 2 e 2,5 pontos percentuais em cada ano nas quedas do PIB de 3,8% em 2015 e de 3,6% em 2016. Ou seja, mais da metade da recessão decorreu dos efeitos da Lava Jato, em especial nos setores de petróleo e de sua cadeia produtiva (metal-mecânica, indústria naval etc.), da construção civil e da engenharia pesada.

Algumas estimativas mostram que ocorreu uma perda de R\$ 142 bilhões nos setores mais afetados — cerca de três vezes menos do que a operação espera arrecadar —, impactando fortemente na demissão de funcionários que atuavam nesses setores.

A forma como a Lava Jato tem combatido a corrupção tem funcionado como um mecanismo de desestruturação de empresas e de suas cadeias produtivas, gerando uma autodestruição das bases produtivas, econômicas e sociais necessárias a qualquer projeto de desenvolvimento.

É evidente que a corrupção deve ser combatida – por meio da construção de novas pontes institucionais –, no entanto, a operação o faz de maneira equivocada ao criminalizar qualquer tipo de relação entre o privado e o público e ao demorar em realizar os acordos de leniência com as empresas envolvidas nos atos ilícitos.

Impactos institucionais

A Lava Jato somente alcançou parte de seus objetivos com a formação do consórcio com a grande mídia (especialmente a Globo). Os vazamentos seletivos garantiram, por um lado, mais poder e apoio popular à Lava Jato e pressão sobre o STF em sua busca pela continuidade da operação; e, por outro, reforçam o poder dos grandes

meios de comunicação brasileiros, que passaram a dispor de um poder ainda maior, para além do papel de porta-voz dos interesses dos segmentos dominantes, constituindo-se em uma fração de classe importante desse bloco no poder.

Até a delação da JBS, o poder de gerar instabilidade – poder de balançar o barco – estava com o Ministério Público e a mídia. Mas, agora, os possíveis acusados descobrem que podem fazer isso com um potencial muito maior de desestabilização (efeito Joesley). Portanto, também têm poder no jogo e podem usar isto para alcançar um acordo mais favorável tanto em termos jurídicos quanto econômicos.

Para se salvar, Joesley jogou muito combustível na fogueira da Lava Jato, a ponto de nem mesmo a operação e seus consorciados (grande imprensa, em especial o Grupo Globo) conseguirem controlar o fogo. Ainda sob os efeitos das labaredas da vaidade e ansiedade de demonstrar poder, o Procurador-Geral da República Rodrigo Janot e a Globo aceleraram para cima do presidente Temer. No afã, a Globo achou que conseguiria derrubar o

Temer rapidamente (comandando uma narrativa) e colocando alguém no lugar dele para seguir com as reformas. Mas, a Globo errou feio no cálculo político!

A aceleração da Lava Jato causou preocupações nas outras grandes empresas de comunicação, em segmentos empresariais (como os bancos) que até então estão fora da operação e implodiu todos o sistema político, especialmente o PSBD com a revelação das conversas do Aécio Neves. Não foi por acaso que, após a delação da JBS, ocorreu a ampliação da fragmentação dos setores dominantes e parte dos mais rico (inclusive alguns meios de comunicação) e do sistema político passaram a apoiar o Temer.

A delação da JBS alçou a Lava Jato a um novo patamar de instabilidade e de movimento moto-contínuo. A guerra fratricida se ampliou! A instabilidade mudou de patamar, levando junto regras, instituições e legitimidade. Agora é o salve-se quem puder (ou seja, quem tem mais força).

A crise institucional (na forma de acumular e lucrar no Brasil) e política retroalimenta a crise de

acumulação, que é aprofundada ainda mais pelo consenso da insensatez econômica. Vivemos uma luta de todos contra todos, em que pedaços da Constituição são rasgados a cada dia ao sabor dos vários eventos. Isso está nos levando para trajetórias imprevisíveis.

* É professor do IE/UFRJ e integrante do Grupo de Análise Marxista Aplicada (Gama). E-mail: eduardo.pinto@ie.ufrj.br

1 Esse texto é uma versão modificada da seção quatro do artigo PINTO et. al. A Guerra de Todos contra Todos: a Crise Brasileira. Texto de Discussão nº6/2017 (Instituto de Economia da UFRJ), 2017. <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie-0062017pinto-et-al.pdf>

2 Há sim viés político nessa operação. Tal situação é furto da posição pessoal e de classes de muitos desses agentes públicos. A posição política de alguns importantes delegados da Lava Jato na campanha presidencial de 2014; a condução coercitiva de Lula; a famosa e desastrosa apresentação do *power point* do procurador Deltan Dallagnol contra Lula; e a atual peça condenatória do Lula, proferida pelo Moro, evidenciam essa seletividade. No entanto, a unidade entre os agentes públicos vai além da disputa partidária e está assentada na ideia difusa de que o combate à corrupção salvará o país.



Um país asfiziado



Pedro Celestino*

O Brasil vive hoje uma depressão econômica, com empresas tradicionais quebrando, 14 milhões de desempregados e uma política oficial voltada para a satisfação do capital financeiro e para o desmonte do Estado, colocando a perder conquistas das últimas oito décadas. A lógica do governo, para atender aos bancos, é a de gastar menos do que arrecada e, se porventura conseguir algum superávit, destiná-lo ao pagamento dos juros da dívida, o que estrangula a economia. Se isso não fosse o bastante, sofreremos ainda os efeitos do processo investigatório messiânico da Lava Jato, que assumiu uma feição politizada.

Apesar do objetivo louvável do combate à corrupção, está em curso no Brasil, com apoio de setores do Judiciário, da Polícia Federal e da grande mídia, um processo que continuamente desrespeita direitos e garantias consagrados na Constituição, invertendo o preceito democrático de que ao acusador cabe a prova. Hoje estimulam-se delações, fazem-se prisões por tempo indeterminado, conduções coercitivas sem prévia intimação, acompanhadas por shows midiáticos. O resultado dessa conjunção sinistra – depressão econômica aliada aos efeitos da Lava Jato – é a crise que afeta as empresas brasileiras e, em especial, a nossa engenharia, vítima de um desmonte criminoso. Empresas de reconhecida capacidade técnica, com expressiva contribuição em obras e serviços em todo o país, encon-

tram-se paralisadas diante dos processos jurídicos a que estão respondendo. Suas obras são suspensas e seus profissionais, demitidos aos milhares, enquanto se espera para ver até que ponto essas empresas serão atingidas pelas acusações da Lava Jato.

Nas últimas décadas, exportamos serviços de engenharia para mais de 40 países, movimento que favorecia a indústria aqui instalada com a especificação de seus produtos na fase de projeto. Hoje, estamos de volta à situação colonial. Já são mais de 600 mil empregos jogados fora no setor, por conta da falta de investimento público e pela criminalização generalizada das empresas nacionais, especialmente as de construção pesada, atacadas e asfiziadas aqui justamente porque disputam mercado em todo mundo.

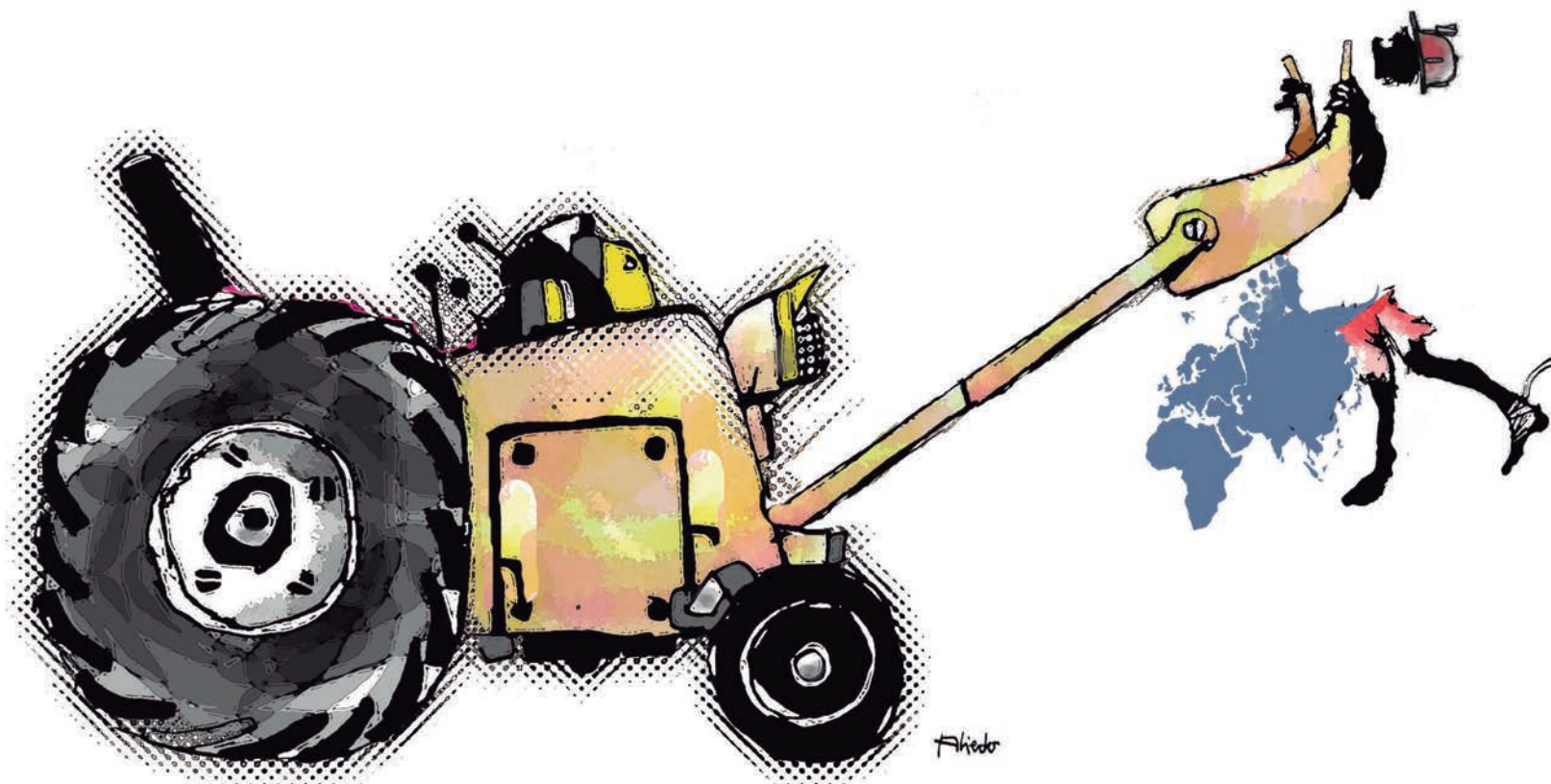
Nos Estados Unidos e na Europa, as empresas apanhadas em atos ilícitos são punidas com multas bilionárias e afastamento dos responsáveis, que são então submetidos aos rigores da lei. Os acordos, fechados no âmbito administrativo, não extinguem os processos criminais. Ou seja, quem cometeu crimes deve pagar por eles, mas preservando-se as empresas e os empregos, evitando-se o impacto econômico e social de eventual estrangulamento da companhia. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a Volkswagen alemã, ao ser processada recentemente por fraudar os índices de poluição atmosférica informados aos consumidores. Aqui, as empresas são arbitrariamente impedidas de trabalhar, colocando a perder parte fun-

damental de nossa engenharia, o que é um absurdo. A título de corrigir o errado, jogaram fora a água, a bacia e a criança.

Apesar de ser ainda uma das 10 maiores economias do mundo, o Brasil é um país em construção. Levaremos décadas para atender nossas demandas de infraestrutura, que são enormes e envolvem saneamento, habitação, transportes e mobilidade urbana. Há muito o que fazer, portanto, na área da engenharia. E a nossa está em pleno processo de desmonte. E não só da engenharia, mas de tudo o que foi feito no país nos últimos 80 anos. Querem nos fazer voltar à condição de meros produtores de grãos, carne e minério.

Chegamos ao ponto de a Petrobras, esse patrimônio brasileiro, ter feito uma licitação de R\$ 2 bilhões para retomada das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e convidado 30 empresas estrangeiras, nenhuma nacional, pois mais de 80 brasileiras estão em uma lista negra, impedidas de entrar em concorrências na Petrobras, sob pretexto de envolvimento na Lava Jato. Não se pode aceitar que empresas com décadas de história, acúmulo de conhecimento, criação de inteligência no setor, responsáveis pela profissionalização de mão de obra, com reconhecimento internacional e serviços altamente qualificados sejam impedidas, a priori, sem defesa ou julgamento, de participar de qualquer licitação.

Os acordos de leniência promovidos no âmbito da Lava Jato não são a anistia a quem come-



teu atos de corrupção. Eles existem e são necessários para que as empresas possam trabalhar. A Petrobras, porém, se recusa a aceitá-las mesmo com o acordo assinado, o que nos leva a acreditar que o objetivo não é preservar as empresas nacionais, mas destruí-las.

Trata-se de um movimento do qual também é alvo a própria Petrobras, que vive uma crise falsa. A companhia endividou-se porque achou petróleo como nenhuma outra, mas tem plenas condições de rolar sua dívida. Foi o endividamento que possibilitou o contínuo aumento da sua produção de petróleo, ao contrário do que tem ocorrido com as concorrentes, que têm reservas e produção diminuídas a cada ano.

O congelamento dos preços dos derivados nos últimos anos prejudicou muito mais a Petrobras do que os casos de corrupção envolvendo seus executivos, mas a empresa é vítima de uma campanha de desgaste com

o único objetivo de afastá-la do pré-sal, que já é hoje origem de mais de 50% da produção nacional. A intenção é entregar às petroleiras estrangeiras a exploração da maior descoberta de petróleo no mundo das últimas três décadas. O que está em jogo, na verdade, é uma disputa de mercado, na energia e na engenharia.

Uma experiência prática ajuda a entender o que pode acontecer com o Brasil. Noruega e Nigéria eram países pobres que tinham o petróleo como a principal fonte de desenvolvimento. A Noruega montou um programa que privilegiava a produção local e a criação de empregos internamente. A Nigéria, ao contrário, só privilegiou empresas estrangeiras. Hoje, a Noruega é um dos países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, enquanto a Nigéria se tornou um dos mais miseráveis, apesar de estar entre os principais produtores de pe-

tróleo. É para onde caminharemos com o atual processo de destruição da nossa petroleira, parte de um movimento maior de esvaziamento da capacidade produtiva nacional.

Nosso país vive hoje uma situação inusitada, caracterizada por uma crise econômica sem precedentes, alimentada por uma política equivocada, contrária aos interesses nacionais, voltada apenas ao capital financeiro e, ao mesmo tempo, por uma crise política decorrente da ilegitimidade do governo atual, que não alcançou o mandato pelas urnas. As duas crises se retroalimentam e não permitem que os efeitos da Lava Jato sejam tratados de forma que se preserve a capacidade gerencial, tecnológica e financeira das nossas maiores empresas de engenharia.

Não existe nação forte sem empresas nacionais fortes. Essa compreensão esteve presente nos planos brasileiros de desen-

volvimento desde os anos 50 do século passado. Nesse contexto, nossa engenharia se desenvolveu, através de projetistas, construtoras e montadoras, que fizeram as rodovias, ferrovias, metrô, hidrelétricas, portos, aeroportos, refinarias, indústrias de todo tipo, redes de água e de esgoto e habitações, Brasil afora.

Não é nossa intenção atacar as investigações ainda em curso. Quando houver comprovação de irregularidades, que os responsáveis sejam punidos, respeitados os ritos legais. O que não podemos é deixar o combate à corrupção servir de pretexto para a destruição do patrimônio de conhecimento acumulado pelas empresas de engenharia nacionais. Elas construíram e constroem o Brasil. E anda há muito por fazer. Por isso mesmo precisam ser preservadas.

* É presidente do Clube de Engenharia

Era uma vez...

Dona Baratinha queria se casar e encontrou o noivo perfeito, um rato. Mas a gula fez das suas e o casamento foi para o brejo. Será?

Devido à prisão do empresário do setor de ônibus do Rio Jacob Barata Filho, a administração dos transportes públicos voltou a ser pauta, principalmente no que diz respeito à exploração econômica na concessão do serviço até porque a relação entre as empresas e a prefeitura sempre foi objeto de controvérsias e os dados do setor de transportes são de difícil acesso. Ainda assim, o FPO atualizou a pesquisa semelhante realizada em 2014¹. A presente pesquisa visa abordar a suspeita da existência ou não de cartel no sistema rodoviário, apresentar os valores da alíquota tributária reduzida e a evolução das tarifas vis-à-vis à média salarial dos cidadãos.

Os dados foram deflacionados segundo o IPCA de março de 2016, com exceção os dados referentes às renúncias de receitas, que estão a valores de março de 2017.

Como é formado o sistema?

Para mostrar a relação das empresas com o poder público, é importante esclarecer como é desenhado o funcionamento do sistema de ônibus na cidade. O transporte público rodoviário é operado sob regime de concessão² desde 2010, sendo a cidade dividida em quatro regiões. Na tabela 1 constam os consórcios vencedores da licitação e as empresas que os formam.

Em 2013, o Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Ônibus – divulgou um estudo que aborda questões co-

mo a não existência de conluios ou quebra de sigilo das propostas entre os concorrentes, CNPJ sequencial, cartas de fiança semelhantes e mesmo endereço, que são justificadas por uma maior "facilidade" de logística e custos. O estudo ainda alega não haver concentração empresarial, já que 206 empresários seriam acionistas e sócios das empresas participantes dos consórcios e, ao empresário com maior participação, pertenceriam 4,6% do sistema e, ao maior grupo familiar, 11,28% do total. Assim concluiu que o setor de transporte público rodoviário não é cartelizado. Na tabela 2 consta a participação individual e das famílias.

No entanto, baseado em um levantamento feito pelo jornal O Globo em 2013, apesar de o sistema ser dividido em várias empresas, quase um terço de todas as

participações nos quatro consórcios vencedores são concentrados por apenas quatro donos. São eles:

- Jacob Barata, o "Rei do Ônibus": Ele e seu grupo estão presentes em pelo menos nove empresas espalhadas por três consórcios, que operam nas regiões de Jacarepaguá e Barra, Zona Sul e Zona Norte, sendo na Zona Sul a maior participação: cerca de 32,2%. Na Zona Norte, Barata ficou com 21,7% e ainda possui 0,38% de participação na Normandy.
- Avelino Antunes: Com 41% da Transcarioca, tornou-se nome forte do grupo Redentor. Sua participação também é composta pelas empresas Transportes Futuro e Barra.
- Álvaro Rodrigues Lopes: É representante do consórcio Santa Cruz, da Zona Oeste. Três empresas (Rio Rotas, Algarve e Andorinha) concentram cerca de 35,5% do transporte nesta região. Translitorânea e City Rio são outras duas companhias em que Álvaro também está presente.
- Cassiano Antônio Pereira: Detém 13,2% de participação dividida em três empresas: Rubanil, Transportes América e Viação Madureira Candelária. Destaca-se na Zona Sul.

O Império Barata

Dentre esses empresários destaca-se Jacob Barata, fundador do Grupo Guanabara em 1968. Se em 2013 a reportagem publicada pelo Globo afirmou que o Grupo estaria presente em pelo menos nove empresas no Rio, hoje, segundo

Tabela 1 – Relação Consórcio/Empresa

CONSÓRCIO	EMPRESAS
Santa Cruz	Barra, Campo Grande, Jabour, Palmares, Pégaso e Recreio.
Transcarioca	Acarí, Barra, Caprichosa, Estrela, Futuro, Litoral Rio, Normandy, Novacap, Premium, Real, Recreio, Redentor, Tijuca, Translitoral, Transurb e Três Amigos.
Intersul	Alpha, Braso Lisboa, Estrela Azul, Gire, Graças, Premium, Real, São Silvestre, Tijuca, Transurb e Vila Isabel.
Internorte	Acarí, América, Caprichosa, Estrela, Estrela Azul, Gire, Ideal, Lourdes, Madureira Candelária, Matias, Novacap, Paranapuam, Pavunense, Penha Rio, Premium, Rubanil, Três Amigos, VG e Vila Real.

Fonte: Rio Ônibus.

Tabela 2 – Maiores Empresários e Grupos Familiares com Frota Cadastrada em %

Empresário/Frota Cadastrada	Grupos Familiares/Frota Cadastrada
Jacob Barata - 4,60%	Barata - 11,28%
Álvaro Rodrigues Lopes - 4,27%	Lopes - 9,53%
Valter dos Santos Lopes - 3,96%	Marques - 8,06%
Franklin Lopes Marques - 3,23%	Antunes - 7,80%
Antonio Antunes - 2,44%	Valente - 4,22%
Avelino Antunes - 2,44%	Pereira - 2,77%
Evaristo Batista V. Pinheiro - 2,44%	Neves - 1,63%

Fonte: Rio Ônibus, estudo "Sistema de Ônibus na Cidade do Rio de Janeiro".

uma matéria do site UOL, a família é dona de onze e possui, ao todo, mais de 20 empresas, fazendo transporte urbano, intermunicipal e interestadual. O império do "Rei do Ônibus" abrange oito Estados, cobrindo 2200 cidades e com uma frota de 6 mil ônibus.

O Grupo Guanabara também é composto por outras empresas: a Guanabara Diesel, a Guanabara Empreendimentos Imobiliários e o Banco Guanabara. Além das revendedoras de produtos Mercedes-Benz e dos investimentos no Hotel Mar Ipanema, o grupo também atua em Portugal.

Assim, é observado que, além de o transporte rodoviário ainda ser de administração bem restrita, as empresas por trás de tal concentração são grandiosas podendo ter influência na esfera política municipal e estadual dos transportes públicos³.

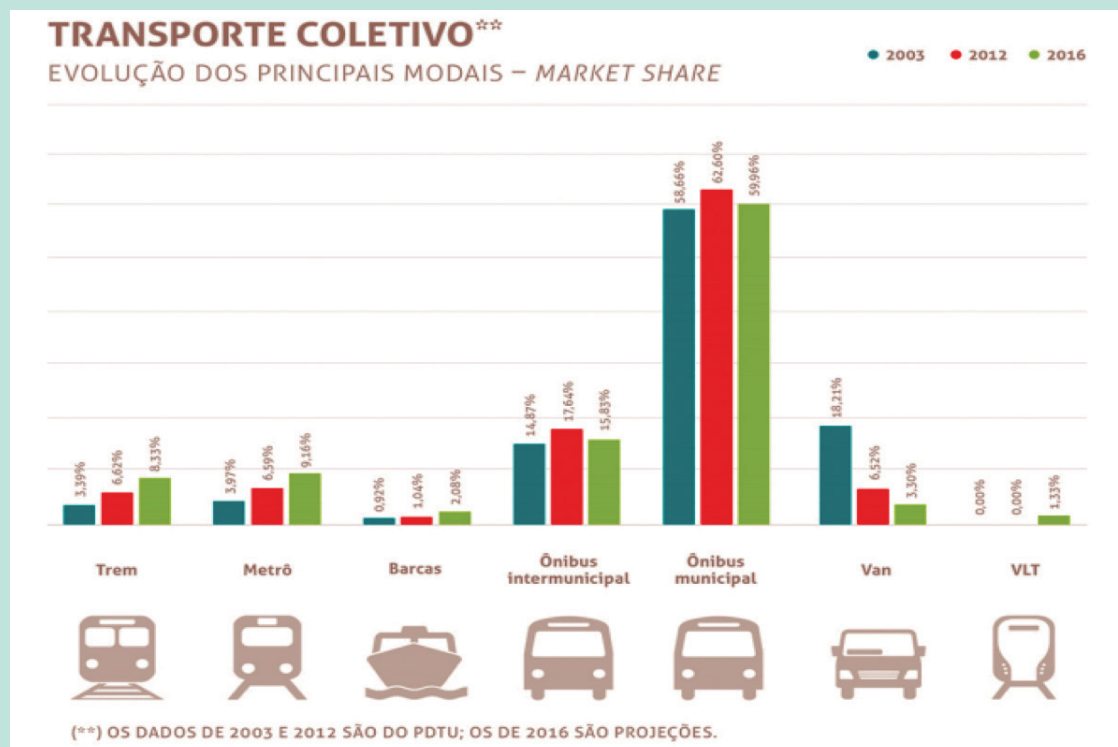
O próximo tópico a ser abordado serão as Benefícios Fiscais, um benefício usufruído pelas empresas que compõem os consórcios da cidade.

Benefícios fiscais

O principal imposto municipal, o Imposto Sobre Serviços (ISS), pesa mais de 50% na receita tributária, apesar de, nos últimos anos, a sua renúncia também ter sido crescente. As maiores beneficiadas são as empresas de ônibus.

Nesse contexto, foi sancionada, em 2010, a Lei 5.223, que reduz de 2% para 0,01% a alíquota do ISS das empresas de ônibus participantes dos consórcios que prestam serviço para o município. Como justificativa, a prefeitura

Gráfico 2 – Distribuição do mercado dos modais do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Portal Fetranspor: Evolução dos principais modais - 2016.

carioca afirmou que o objetivo da redução era garantir a modicidade tarifária, ou seja, manter a tarifa em níveis acessíveis.

Desde então, a prefeitura deixou de arrecadar com esse setor cerca R\$ 390 milhões e estima-se que, em 2017, a renúncia será de mais de R\$ 71 milhões, chegando a R\$ 685 milhões até 2020. Isso significa que mais de meio bilhão de reais deixarão de ingressar nos cofres públicos, sem que haja indícios perceptíveis de retorno à população que justifiquem a concessão de tamanho benefício.

Segundo o Rio Ônibus, a redução da alíquota do ISS não foi um benefício às empresas do setor, mas aos usuários do sistema de ônibus municipal, pois tal procedimento estava previsto no edital de licitação das linhas de ônibus em 2010 como garantia para a implantação do Bilhete Único Carioca. Sem o

benefício, o Rio Ônibus afirma que a tarifa em 2016 teria sido de R\$ 4,00, em vez de R\$ 3,80⁴.

Diante disso, resta-nos averiguar se de fato as tarifas foram afetadas de forma positiva pelo tal benefício fiscal. É o que discorreremos a seguir.

Tarifas de ônibus

Os gastos com mobilidade consomem boa parte dos recursos de quem precisa se locomover, sobretudo os assalariados que, em geral, necessitam do transporte público no dia a dia. O gráfico 2 evidencia que os ônibus municipais são responsáveis por volta de 60% do mercado total de transportes coletivos no estado. Nota-se também que na capital o número de passageiros chegou a 805 milhões em 2016. Dessa forma, fica claro que a mudança na tarifa

desse tipo de modal impacta significativamente o bolso dos cidadãos cariocas.

Desde 2010, o reajuste tarifário é regulado através de uma fórmula que reflete os índices que indicam a variação dos preços dos insumos mais relevantes da composição dos custos para funcionamento do sistema⁵. No entanto, entre os anos de 2012 e 2016, somou-se ao cálculo elementos além dos presentes na fórmula com a justificativa de recuperar o equilíbrio financeiro das empresas.

Os motivos apresentados para as revisões tarifárias foram, entre outros, o incremento na frota de ônibus e a implantação de ar condicionado, apesar deste último já constar no cronograma do contrato, o que tornaria o pedido injustificável. Assim, apesar do Rio Ônibus afirmar que não há cartel, pois o próprio poder concedente estipula o valor da

tarifa de forma independente, o que se vê é um aceite recorrente de pedidos de revisão tarifária sem embasamento suficiente.

Ao analisarmos o período entre 2010 e 2016, o aumento da tarifa foi, na maior parte dos anos, acima do IPCA. O ano de 2013 merece destaque, devido à ocorrência das "Jornadas de Junho", que englobou reivindicações contra o aumento da passagem. Nesse cenário, a pressão popular para a manutenção do valor da tarifa, então em R\$2,75⁶, foi vitoriosa e barrou o aumento da tarifa. Porém, essa manutenção foi compensada com o reajuste bem maior nos anos seguintes, principalmente em 2015, quando o aumento da passagem foi mais que o dobro do IPCA⁷.

A atual gestão municipal não reajustou o valor das tarifas, mas em maio de 2017 os quatro consórcios que comandam as linhas de ônibus haviam obtido o reajuste da tarifa para R\$3,95 junto à 15ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que considerou a falta de reajuste de 2016 um "certo desprezo" ao contrato firmado⁸. Porém, o prefeito Crivella recorreu e o Tribunal de Justiça revogou a liminar, afirmando que a autorização do aumento causaria prejuízos irreparáveis aos usuários de ônibus⁹. Mesmo com o reajuste, a variação neste ano estaria abaixo do IPCA. Contudo, ao final do período analisado, enquanto o aumento acumulado da tarifa foi de 63%, o do IPCA foi de 41%, causando um crescimento real da tarifa.

Ao fazer a comparação da evolução dos rendimentos médio da população ocupada com a tarifa, ambos a preços de 2016, nos meses de fevereiro entre 2011 e 2016,

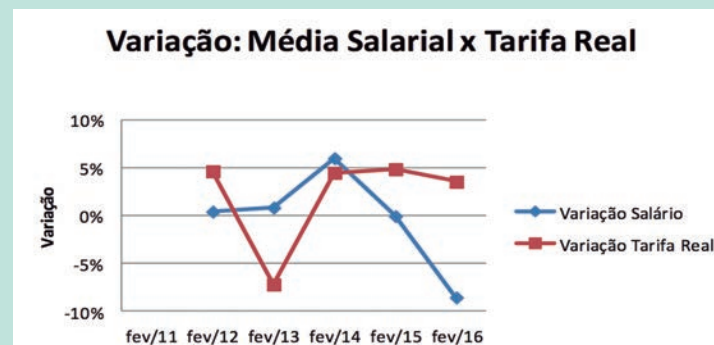
observamos que a tarifa aumenta acima dos salários. Dessa forma, o peso da mobilidade urbana para os trabalhadores assalariados que utilizam o ônibus aumenta ao longo do tempo.

Como o valor da passagem em 2013 não se alterou, a inflação corroeu o seu valor e assim, a tarifa, a preços de 2016, se reduziu cerca de 8%. Porém, nos anos seguintes o valor real da passagem apresenta uma trajetória crescente, enquanto a média salarial mensal demonstra uma queda abrupta a partir de 2014. Ao final do período, observamos que a tarifa real aumentou 15%, enquanto os salários reduziram 2%.

Com os dados do salário médio mensal e os valores da passagem, podemos estimar o quanto a mobilidade pesa no bolso dos cidadãos. Supondo que cada pessoa utiliza dois ônibus por dia e trabalha 22 dias, estima-se que o gasto com locomoção (R\$ 167,2) representou 7% do rendimento médio do trabalhador assalariado (R\$ 2.434,9) em 2016. Porém, em relação ao piso salarial da cidade, a locomoção atinge 17%. Vale mencionar que é comum o uso de outros tipos de modais integrados aos ônibus municipais, logo, este cálculo representa o gasto mínimo para os usuários de ônibus.

É possível, também, estimar o faturamento total do setor de ônibus municipais se multiplicarmos o valor da tarifa do ano em questão pelo número de passageiros pagantes. Assim, a partir dos dados do portal da Fetranspor¹⁰, nota-se que o faturamento apresentou um crescimento por volta de 14%, demonstrando expansão da receita no período entre 2010 e 2016.

Gráfico 3 – Variação da Média Salarial Mensal x Tarifa Real dos Ônibus Municipais



Fonte: IBGE: Trabalho e rendimento - 2016; Secretaria Municipal de Transporte: Histórico das tarifas - 2016.

Considerações Finais

É perceptível a concentração, em poucas famílias, das empresas atuantes no transporte coletivo municipal. O alto valor financeiro na atividade e a proximidade com o poder público na condução da política do setor favorecem a existência de um anel burocrático-empresarial¹¹. Tal relação obscura se manifesta na dificuldade de se obter dados confiáveis sobre o faturamento das empresas, que, juntamente com os benefícios fiscais concedidos, torna impossível saber se o reajuste dos preços é uma simples tentativa de preservar ou aumentar os lucros.

Por outro lado, o crescente peso das passagens do transporte urbano no custo de vida dos assalariados significa o aprofundamento da nossa vergonhosa desigualdade social e estúpida concentração de renda.

Oxalá a prisão de um importante empresário do setor seja o estopim de uma urgente transformação nesse serviço essencial.

1 Mais informações no Jornal dos Economistas - 05/14 e 06/14.

2 Mais informações no Jornal dos Economistas - 06/14.

3 https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/04/politica/1499121581_338417.html, acessado em 18/7/2017.

4 <http://www.rioonibus.com/2017/01/12/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-reducao-do-iss/>, acessado em 20/07/2017.

5 <http://www.rio.rj.gov.br/web/transparenciamobilitade>, acessado em 20/7/2017.

6 Ver o pedido de revisão tarifária em 2012: <http://www.cpidosonibus.com.br/site/component/k2/content/22-revisoes-tarifarias/>, acessado em 18/7/2017.

7 Ver mais em Jornal dos Economistas/ Abril 2016.

8 <https://diariodotransporte.com.br/2017/05/25/justica-autoriza-aumento-de-passagem-de-ônibus-para-r-395-no-rio-de-janeiro/>

9 <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-06-01/crivella-derruba-na-justica-reajuste-da-passagem-de-ônibus-o-prefeito-marcelo-crivella-prbo-recorr.html>, acessado em 18/7/2017.

10 <https://www.fetranspor.com.br/mobilitade-urbana-setor-em-numeros> (Dados operacionais mensais do município do Rio de Janeiro - 2016).

11 DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 73 e nota 14. Apud: CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. Cap. 5.

Plínio disse. Não ouviu quem não quis

Mário Maestri*

Apenas o político supera o descrédito do comentarista econômico. Com razão. Ambos avançam sobre os cacôs de suas previsões, preocupados apenas em enterrar os sentidos dos fatos. O economista Plínio Arruda Sampaio Júnior segue direção oposta. Como sabujo de faro apurado, persegue o presente para desvelar seus segredos internos e suas inarredáveis tendências.

O livro *Crônica de uma crise anunciada* compõe-se de “Apresentação” e 28 artigos, divididos em três partes e um epílogo. Na primeira parte, dois ensaios abordam sinteticamente o fim do governo FHC; na segunda, discutem-se os anos de “A Ilusão neodesenvolvimentista (2003-2012)”; na terceira, “A exaustão do Lulismo e a Derrocada de Dilma (2013-2016)”. Um “epílogo” de título sugestivo “Desfecho melancólico” conclui a obra.

Fora o primeiro ensaio, todos os demais são apresentados sem retoques, como publicados na época dos fatos. O que enseja algumas repetições, que permitem, porém, ao leitor mais atento, entrever evolução de nuances e apuros na reflexão do autor, porém, sem que abandone, jamais, seu viés explicativo, que se fortalece e consubstancia com o andar da carruagem.

Ao concluir-se a leitura, temos que convir que o título veste o conteúdo da obra como luva de pelica delicada. A crítica implacável, empreendida na esfera da economia política, apresenta-se como crônica ferina dos sucessos quotidianos, que parte da campanha eleitoral de 2002, agudiza-se durante o primeiro governo petistas, destroçando as aparências e apologias das conquistas do lulismo e dilmismo, e conclui-se com o descalabro da segunda administração Dilma Rousseff.

Na segunda parte, Sampaio Júnior dissolve as propostas sobre os ganhos sociais promovidos pelo novo desenvolvimentismo, associado-submetido ao capital mundial - “neodesenvolvimentismo”. [p.149-162] O artigo “Fatos e mitos dos governos do PT”, de 2012, desmonta em forma implacável a retórica socialista-melhorista sobre

os “anos de ouro” petistas, quando da expansão do comércio mundial e valorização das *commodities*. [p.140-148.]

Apoiado em dados rigorosos, o autor assinala a degradação das condições materiais e imateriais de existência da população brasileira. O governo petista com “uma mão, ampliou o desemprego, intensificou o arrocho salarial e retirou direitos sociais; com a outra, distribuiu fortuitamente as migalhas do orçamento fiscal, anunciando um punhado de programas sociais esqueléticos, mal definidos e desarticulados.” [53]

Na terceira parte, mantendo o compasso interpretativo, precisa e atualiza os desdobramentos inevitáveis do lulismo e do dilmismo, que propõe inscritos no DNA do projeto petista, quando se reconverteu ao social-liberalismo e assumiu a direção do país segundo os interesses do capital. Liquidada, assim, as tentativas atuais de divisão da administração petista em anos bons e desviados. “A segunda Dilma sofre as consequências das contradições acumuladas nos três governos anteriores”. [226]

Ao ler *Crônica de uma crise anunciada*, recordei, saudosamente, a crítica dura do Plínio, o Velho, em reunião em São Paulo, no tradicional convento de São Bento, às ilusões da esquerda sobre o “subimperialismo” brasileiro,

e de sua enorme angústia sobre o processo que Plínio, o Jovem, define, em análise incontornável, como a inexorável “conversão neocolonial” do Brasil, fenômeno hoje consolidado.

Sampaio Júnior refere-se tangencialmente às razões históricas e sociais profundas do desastre que vivemos, rejeitando a ingenuidade e o simplismo em explicá-lo como mero produto da degenerescência petista, apesar de circunscrever as responsabilidades nele do PT. Propõe que vivemos drama histórico epocal e não simples crise conjuntural.

Nação, assalariados e população são os metros e esquadros da *démarche* analítica de Sampaio Júnior. Apesar de centrar a análise dos fenômenos econômicos, é permanente a preocupação com as razões profundas do desastre em curso e, mais e mais, à medida que os anos avançam, com as saí-

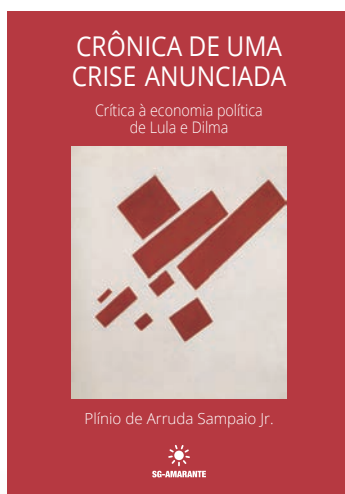
das necessárias para a crise em que se empantana a sociedade e a nação brasileiras.

O que fazer é abordado nas páginas finais, em entrevista de 2015: “É hora de organizar o partido das lutas reais”. O autor propõe como tarefas políticas primordiais as “revoluções” “democrática” e “nacional”, que emancipem a população e a nação, processos unitários, a serem realizados em “perspectiva socialista” que vincule a “revolução brasileira à revolução latino-americana e à revolução mundial”.

Sampaio Júnior reconhece que as “condições subjetivas da revolução brasileira ainda precisam ser construídas”, não as compreende, portanto, como simples “crise de direção”. Em um viés movimentista, vê como “sujeito” histórico desse processo as massas populares em geral. Exige “programa revolucionário” e “instrumentos políticos”, o “partido das lutas reais”, que transformem a “energia difusa das massas inconformadas em força política condensada”. Deixa claro que o Brasil avança para a revolução ou afunda em “mar de lama”. [236]

* É professor da Universidade de Passo Fundo.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. [São Paulo: SG-Amarante, 2017]



Edital de convocação para eleições

Nos termos das Resoluções nº 1.954/16 e 1.974/17 do Conselho Federal de Economia, faço saber que no dia **30 de outubro de 2017**, a partir das 8 (oito) horas até às 20 (vinte) horas do dia **31 de outubro de 2017**, horário de Brasília, no sítio eletrônico <http://www.corecon-rj.com.br/>, o qual, neste período, poderá ser acessado de qualquer parte do Brasil ou do exterior, serão realizadas eleições para renovação do **2º Terço** de conselheiros efetivos e suplentes e de delegados-eleitores, efetivo e suplente da seguinte forma: **1.** 03 (três) conselheiros regionais efetivos e 03 (três) conselheiros regionais suplentes para integrar o Plenário do CORECON-RJ, com mandato de 03 (três) anos (2018/2020); **2.** 01 (um) delegado eleitor efetivo e 01 (um) delegado eleitor suplente para integrar o Colé-

gio Eleitoral do COFECON; **3.** Presidente e Vice-Presidente para a gestão de 2018, em regime de consulta a ser ratificada pelo Plenário do CORECON-RJ, nos termos de sua Resolução nº. **202/17**. O prazo para registro de chapas será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do dia seguinte desta publicação encerrando-se no dia **13/09/17** e será feito na sede do CORECON-RJ, localizada na Avenida Rio Branco 109, 19º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ, no horário de funcionamento dos serviços administrativos, das 09 às 18 horas. A votação será realizada conforme dispõe a Resolução nº. **200/17**, exclusivamente pela internet, em sítio eletrônico próprio, mediante senha individual e intransferível a ser gerada pelo eleitor. Poderão votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho, adim-

plentes com suas anuidades e débitos de qualquer natureza, ou na hipótese de parcelamento de débitos, adimplentes com as parcelas vencidas até o dia 23/10/17, bem como os registrados na condição de remidos. Não haverá voto por procuração. O CORECON-RJ, disponibilizará em sua sede, no horário das 9 às 18h, computador conectado à internet com o objetivo de receber os votos dos eleitores que comparecerem à sua sede. Os trabalhos de apuração serão realizados às 20h do dia 31/10/17, na sede do CORECON-RJ, imediatamente após encerrado o período de votação, e o resultado será divulgado no site do CORECON-RJ. Ficam designados, para compor a Comissão Eleitoral, responsável por presidir o processo eleitoral, os Economistas Sidney Pascoutto da Rocha, Arthur Cesar Vas-

concelos Koblitz e Sergio Carvalho Cunha da Motta como membros efetivos e o Economista José Ricardo de Moraes Lopes, como membro suplente. A presidência da Comissão será exercida pelo Economista Sidney Pascoutto da Rocha. A primeira reunião desta Comissão Eleitoral para análise e julgamento do registro da(s) chapa(s) inscrita(s) juntamente com seus respectivos candidatos será realizada na sede do CORECON-RJ, em 18/09/17 às 18h.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2017

José Antonio Lutterbach Soares
Presidente

Esse edital será publicado
no DOERJ no dia 14.08.17

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO (EM R\$)			PASSIVO (EM R\$)		
REFERÊNCIAS	ATÉ JUN/16	ATÉ JUN/17	REFERÊNCIAS	ATÉ JUN/16	ATÉ JUN/17
ATIVO FINANCEIRO	8.165.089,04	8.190.714,94	PASSIVO FINANCEIRO	96.000,48	85.126,68
DISPONÍVEL	61.763,47	59.275,85	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-	-
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	8.001.435,68	8.058.852,27	CONSIGNAÇÕES	11.564,04	10.437,72
REALIZÁVEL	61.361,95	31.420,50	CREDORES DA ENTIDADE	10.668,44	8.454,62
RESULTADO PENDENTE	40.527,94	41.166,32	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	73.768,00	66.234,34
ATIVO PERMANENTE	18.036.788,40	24.245.805,22	RESULTADO PENDENTE	297.282,97	287.146,83
BENS PATRIMONIAIS	1.697.934,91	1.727.797,76	DESPESAS DE DE PESSOAL A PAGAR	297.282,97	287.146,83
VALORES	60.745,46	44.599,64	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	25.808.593,99	32.064.246,65
CRÉDITOS	16.278.108,03	22.473.407,82	TOTAL GERAL	26.201.877,44	32.436.520,16
TOTAL GERAL	26.201.877,44	32.436.520,16			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS					
REFERÊNCIAS	PERÍODO EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	ABRIL A JUN/16	ABRIL A JUN/17		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	459.374,08	229.035,24	ANUIDADES	(230.338,84)	-50,1
PATRIMONIAL	117.662,78	463.738,94	PATRIMONIAL	346.076,16	294,1
SERVIÇOS	28.494,88	19.316,16	SERVIÇOS	(9.178,72)	-32,2
MULTAS E JUROS DE MORA	2.689,85	3.187,58	MULTAS E JUROS DE MORA	497,73	-
DÍVIDA ATIVA	96.769,19	176.522,44	DÍVIDA ATIVA	79.753,25	82,4
DIVERSAS	129.835,69	60.294,82	DIVERSAS	(69.540,87)	-53,6
TOTAL GERAL	834.826,47	952.095,18	TOTAL GERAL	117.268,71	14,0
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	1.141.292,16	1.178.896,31	DE CUSTEIO	37.604,15	3,3
PESSOAL	731.080,15	592.392,39	PESSOAL	(138.687,76)	-19,0
MATERIAL DE CONSUMO	19.402,33	8.173,61	MATERIAL DE CONSUMO	(11.228,72)	-57,9
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	390.809,68	578.330,31	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	187.520,63	48,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	139.524,82	97.015,16	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(42.509,66)	-30,5
DESPESAS DE CAPITAL	11.142,34	28.998,87	DESPESAS DE CAPITAL	17.856,53	160,3
TOTAL GERAL	1.291.959,32	1.304.910,34	TOTAL GERAL	12.951,02	1,0
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(457.132,85)	(352.815,16)	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	104.317,69	-22,8